

POLYPHONIA



POLYPHONIA
Publicación del Centro de
Estudios Latinoamericanos
de Educación Inclusiva.



Revista de Educación Inclusiva - Chile Revista de Educación Inclusiva - Chile Revista de Educación Inclusiva - Chile

TRABAJO ARBITRADO

[Cierre de edición: 30 de octubre, 2019]

Sección: Artículos de Revisión: Reflexividades Polyphónicas

<http://revista.celei.cl/index.php/PREI/index>

polyphonia@celei.cl

ORIGINAL



Vol. 3, Núm. 3, Noviembre-Diciembre 2019, págs.247-254

ISSN: 0719-7438

Polyphõnia. Revista de Educación Inclusiva
Publicación científica del Centro de Estudios
Latinoamericanos de Educación Inclusiva de Chile

Fecha de envío: 02 de mayo, 2019

Fecha primera revisión: 13 de junio, 2019

Fecha segunda revisión: 18 de julio, 2019

Fecha tercera revisión: 16 de julio, 2019

Fecha de aceptación: 20 de agosto, 2019

Publicada: 01 de noviembre, 2019

Resenha. A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governamento

Thoma, Adriana da Silva; Kraemer, Gracieli Marjana (Orgs).
(2017). **A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas
e práticas de governo**. 1 ed. Curitiba: Appris.



Autor:

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski

Doutora em Educação, Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM), Brasil.

Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Educação – UNOCHAPECÓ.

Líder do Grupo de Pesquisa “Desigualdades Sociais, Diversidades
Socioculturais e Práticas Educativas”.

Universidade Comunitária da Região de Chapecó-UNOCHAPECÓ.

E-mail: taniazp@unochapeco.edu.br



<https://orcid.org/0000-0002-5257-7747>

Resumo

Esta resenha apresenta o livro *A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo*, publicado em 2017, pelas autoras Adriana da Silva Thoma e Graciele Marjana Kraemer. A obra mostra que a inclusão escolar de pessoas com deficiência na história brasileira é apresentada em três contextos: a inclusão como reclusão; a inclusão como integração e a inclusão como um direito e imperativo de Estado. A obra, amparada teoricamente em Michel Foucault, evidencia que cada sociedade possui os seus atos discursivos, o seu conjunto de enunciados e o seu próprio regime de verdade. As “verdades” de cada tempo histórico definiram práticas de Institucionalização; de integração educacional de pessoas com deficiência e, a partir da década de 1990, de Inclusão como direito e imperativo de Estado. O livro apresenta o cenário das políticas de inclusão vigentes no Brasil desde o início do século XX até os dias atuais. Thoma e Kraemer publicam, nesta obra, pesquisas que analisam políticas educacionais, experiências e processos de formação de professores, relacionados aos temas da identidade e da diferença. As noções desenvolvidas por Michel Foucault: governamentalidade/governo, discurso, subjetivação e in/exclusão são usadas pelas autoras para analisar dados produzidos pelas políticas educacionais para a inclusão, e entrevistas narrativas com professores e alunos. Também as noções de Zygmund Bauman: modernidade sólida e modernidade líquida; ordem e ambivalência; in/exclusão dos estranhos na era do consumo contribuem para o processo analítico das pesquisas. Os estudos evidenciam que na contemporaneidade o Estado adota estratégias neoliberais para gerenciamento e redução dos riscos produzidos pela exclusão social, com vistas à segurança da população. O livro nos ajuda a compreender que a inclusão, na perspectiva do Estado, opera com poderosas tecnologias de dominação e submete as pessoas com deficiência a práticas de normalização. O texto nos mostra a complexidade da inclusão e a necessária continuidade dos investimentos para modificar práticas culturais e formas de vida, com vistas ao reconhecimento da diferença.

Palavras-chaves: *pessoas com deficiência no Brasil; institucionalização; integração; inclusão; governo.*

Reseña. La educación de las personas con discapacidad en Brasil: políticas y prácticas de gobernanza

Resumen

Esta revisión presenta el libro *Educación de personas con discapacidad en Brasil: políticas y prácticas de gobernanza*, publicado en 2017 por las autoras Adriana da Silva Thoma y Graciele Marjana Kraemer. El trabajo muestra que la inclusión escolar de las personas con discapacidad en la historia brasileña se presenta en tres contextos: inclusión como aislamiento; inclusión como integración e inclusión como un derecho e imperativo del estado. El trabajo, teóricamente respaldado por Michel Foucault, muestra que cada

sociedad tiene sus actos discursivos, su conjunto de declaraciones y su propio régimen de verdad. Las "verdades" de cada época histórica definen las prácticas de institucionalización; integración educativa de personas con discapacidad y, desde la década de 1990, inclusión como un derecho e imperativo del estado. El libro presenta el escenario de las políticas de inclusión vigentes en Brasil desde principios del siglo XX hasta la actualidad. En este libro, Thoma y Kraemer publican investigaciones que analizan políticas educativas, experiencias y procesos de formación docente, relacionados con los temas de identidad y diferencia. Los autores utilizan las nociones desarrolladas por Michel Foucault: gubernamentalidad / gobernanza, discurso, subjetivación y exclusión / exclusión para analizar los datos producidos por las políticas educativas para su inclusión y entrevistas narrativas con docentes y estudiantes. También las nociones de Zygmund Bauman: modernidad sólida y modernidad líquida; orden y ambivalencia; La inclusión / exclusión de extraños en la era del consumo contribuye al proceso analítico de la investigación. Los estudios muestran que en los tiempos contemporáneos el Estado adopta estrategias neoliberales para gestionar y reducir los riesgos producidos por la exclusión social, con miras a la seguridad de la población. El libro nos ayuda a comprender que la inclusión, desde la perspectiva del estado, opera con poderosas tecnologías de dominación y somete a las personas con discapacidad a prácticas de normalización. El texto nos muestra la complejidad de la inclusión y la continuidad necesaria de las inversiones para modificar las prácticas culturales y las formas de vida, con el fin de reconocer la diferencia.

Palabras clave: *personas con discapacidad en Brasil; institucionalización; integración; inclusión; gobernanza.*

O livro, organizado pelas autoras Adriana da Silva Thoma e Graciele Marjana Kraemer, é composto de três capítulos, precedidos pela apresentação escrita pelas autoras da obra e pelo prefácio escrito por Maura Corcini Lopes, decana da Escola de humanidades da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), do Rio Grande do Sul, Brasil. O primeiro capítulo é denominado “Dos processos de institucionalização da educação de pessoas com deficiência”. O segundo capítulo é intitulado “Dos processos de integração educacional das pessoas com deficiência” e o terceiro e último capítulo, é nomeado “Dos processos educacionais inclusivos: inclusão como direito e imperativo de Estado”.

Adriana da Silva Thoma, graduada em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nascida em 07 de fevereiro de 1971, nos deixou muito cedo, pois faleceu no dia 19 de novembro de 2018. Adriana, que foi professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, deixou uma grande lacuna para a Educação Especial brasileira, pois foi pesquisadora da Educação Especial, principalmente da educação de surdos. Coordenou o Programa Incluir da UFRGS, no período de 2008 a 2014, participando ativamente da criação e da implementação de políticas voltadas para o atendimento de estudantes com deficiência. Foi Líder do Grupo de Pesquisas SINAIS: Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Identidades, Alteridades e Subjetividades. Desenvolveu e orientou pesquisas no campo dos Estudos Culturais, Estudos Foucaultianos e Estudos Surdos em Educação. Escrever essa resenha é também uma forma de preservar a sua memória.

Graciele Marjana Kraemer, é graduada em Educação Especial – deficientes da audiocomunicação, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa Sinais/UFRGS e Gepi/Unisinós. atua com os temas: inclusão escolar; políticas educacionais e inclusivas; políticas e práticas na educação de surdos.

Na **apresentação** da obra, as autoras informam que resulta de pesquisas realizadas pelo Grupo Sinais. Informam que o livro é uma versão revisada e ampliada de outra publicação na Espanha a convite do professor Jordi Panella sob o título “Políticas de in/exclusión de las personas con discapacidad. El caso de Brasil”. Esta versão, objeto da resenha, problematiza políticas e práticas voltadas para a educação de pessoas com deficiência no cenário educacional brasileiro, com ênfase nas ações de governmentação. Vale salientar que Veiga-Neto e Lopes, apoiados em referenciais foucaultianos, adotam o termo governmentação para designar as ações de poder “[...] que objetivam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros. [...] o conjunto das ações – dispersadas, disseminadas e microfísicas do poder – que objetivam conduzir ou estruturar as ações” (Veiga-Neto & Lopes, 2007, p. 952). Os autores prosseguem afirmando que,

[...] Ao passo que o poder é entendido como uma ação sobre ações possíveis – uma ação sempre escorada em saberes –, o governmentação manifesta-se quase como um resultado dessa ação; na medida em que alguém coloca em funcionamento o poder sobre outrem, esse alguém pode governar esse outrem. Pode-se dizer então que, de certa maneira, o governmentação é a manifestação ‘visível’, ‘material’, do poder (Veiga-Neto & Lopes, 2007, p. 952-953).

Assim, Thoma e Kraemer (2017) procuram evidenciar as ações de governo sobre essa população, que desde 1970 foram pautadas em discursos de direitos, e a partir de 1990 atendem também a interesses políticos com base em uma racionalidade econômica neoliberal.

No **prefácio** do Livro, denominado “Um convite para pensar a inclusão escolar” Maura Corcini Lopes aborda a complexidade da inclusão. Afirma que para o Estado, a inclusão é concebida como uma necessidade “para que os discriminados negativa e historicamente entrem na escola e gozem de seus direitos. Da perspectiva pedagógica, a presença de qualquer um é condição necessária para que a diferença seja uma presença mobilizadora de outras formas de ser dos sujeitos” (s.p). Lopes alerta para as tecnologias normalizadoras operadas pelo Estado, mas afirma que tensionar a inclusão não significa ser contra a inclusão, contanto que esta “não se volte à captura pedagógica de qualquer forma de reação de resistência e de ‘contra-conduta’ dos próprios ditos incluídos” (s.p.)

No capítulo I, páginas 23 a 35, denominado “**Dos processos de institucionalização da educação de pessoas com deficiência**” as autoras relatam que o período de institucionalização de pessoas com deficiência no Brasil, iniciou com a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, em 1854. Em 1857, também no Rio de Janeiro, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Thoma e Kraemer escrevem que no período colonial brasileiro (1500 a 1820) estudos revelam que as pessoas com deficiência viviam confinadas nas próprias famílias, em espaços específicos, enviadas para casas de misericórdia e até mesmo para prisões, caso os comportamentos criassem desordem pública. Foi com a Constituição federal de 16 de julho de 1934, que se

incorporou propostas do documento Manifesto dos Pioneiros, entre elas a educação como direito de todos.

As autoras relatam que em 1954 foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Rio de Janeiro, Brasil. As Apaes atualmente foram multiplicadas, especialmente no sul do país e se caracterizam como *locus* de Atendimento Especializado para pessoas com deficiência intelectual e múltipla e prestam serviços diversificados na área da educação, saúde e assistência social.

No final de 1940, narram as autoras, que havia campanhas, as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência são assumidas pelo governo federal. As ações voltadas à institucionalização dos “anormais”, mais intensamente nas décadas de 1950 e 1960, são marcadas pela correção e terapêutica do corpo.

Na página 33, Thoma e Kraemer afirmam que as técnicas de normalização visavam tanto a normalidade da população quanto a correção do indivíduo. Contudo, também podem ser consideradas como possibilitadoras das práticas de inclusão, especialmente nas últimas três décadas.

Na metade do século XX, a centralidade dos discursos clínicos e terapêuticos e alianças da educação com os saberes médico-clínicos é apontada por Thoma e Kraemer, ao referirem a ordem discursiva presente nos documentos relativos à educação de pessoas com deficiência no Brasil. Nesse período, tais pessoas são analisadas, diagnosticadas e submetidas a práticas corretivas ou de normalização. Predominam as políticas educacionais de institucionalização das pessoas com deficiência. A criação da Sociedade Pestalozzi (1926) em Porto Alegre, e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae (1954) no Rio de Janeiro, marca o atendimento às pessoas com deficiência intelectual ou múltipla. É ao final desse período que a organização de movimentos afirmativos, de luta e empoderamento das pessoas com deficiência impulsionam a inclusão escolar de pessoas com deficiência, com base no direito de todos à educação.

O segundo capítulo, “**Dos processos de integração educacional das pessoas com deficiência**”, nas páginas 37 a 58, Thoma e Kraemer apontam ações desenvolvidas no Brasil nas décadas de 1960 a 1990, período denominado da inclusão como integração. O texto aborda o desenvolvimento de políticas, planos e legislações que orientam a participação de pessoas com deficiência na sociedade e na escola, ou seja, a *integração*, conceito que subentende “[...] dependência das condições do próprio sujeito: este deve se adaptar aos espaços e tempos pensados para a maioria” (p. 37). Pieczkowski e Naujorks afirmam que embora os termos integração e inclusão estejam relacionados à inserção de estudantes com deficiência na escola regular,

[...] a concepção de integração tenta localizar a ‘deficiência’ na pessoa, a qual deve ‘adequar-se’ ao sistema vigente, contanto que suas condições (as da pessoa) permitam. Tratando-se do espaço escolar, permite-se a participação de todos os estudantes, desde que estes se adaptem às estruturas existentes. Já, o termo inclusão pressupõe adaptar as estruturas para atender às necessidades educacionais de todos os estudantes (2014, p. 130).

Esse paradigma visou inserir na escola regular as crianças excluídas da escolarização ou segregadas em instituições especializadas. Em alguns casos, crianças que permaneciam apenas nas suas famílias passaram a frequentar escolas especiais, quando considerada essa

necessidade, o que também foi compreendido como uma forma de integração, segundo as autoras.

As escolas especiais e classes especiais se proliferaram nas décadas de 1970 e 1980. A educação das pessoas com deficiência estava centrada no desenvolvimento de aprendizagens relativas às rotinas diárias, como vestimenta, alimentação, comportamento e higiene. A formação para o trabalho acontecia por meio das oficinas protegidas, com atividades relacionadas às artes, tapeçaria, marcenaria, entre outras. A alfabetização e outras atividades cognitivas poderiam ser ofertadas, se algumas pessoas, denominadas então de *excepcionais*, manifestassem desenvolvimento diferente do padrão para os frequentadores daqueles espaços.

A década de 1970 foi marcada por um cenário político nacional de violenta e repressiva intervenção militar, de suspensão dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros e de direitos civis e sociais tutelados pelo Estado. Mesmo assim, segundo Thoma e Kraemer, nesse período surgem as *organizações associativas*, espaços de convivência de pessoas com deficiência, organizadas e dirigidas por elas, o que desencadeou ações em prol de seus direitos humanos, protagonizando ações políticas pela transformação de paradigmas sociais.

O movimento nacional pela redemocratização e a promulgação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (ONU) em 1981, deu visibilidade às reivindicações de igualdade de oportunidades e direitos às pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988, “[...] que promoveu a reafirmação da cidadania, influenciou a concretização de direitos sociais, a legislação e as políticas e práticas de educação voltadas ao governmentamento da população com deficiência” (p. 48).

Para efetivar o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) de pessoas com deficiência, foi recriada em 1992 a Secretaria de Educação Especial (Seesp), vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e aprovada a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) em 1994. Outro marco internacional deste ano, que reverbera nas políticas brasileiras, foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que aconteceu na Espanha, na cidade de Salamanca e contou com a representação de 92 governos e 25 Organizações não Governamentais (ONGs) (p. 50), culminando com a aprovação da Declaração de Salamanca. A partir de então o Brasil implementou a Política de Educação Especial orientando a matrícula de todos na rede regular de ensino. Soma-se a isso, dois movimentos importantes na educação brasileira: a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, LDB nº 9394/96 e a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares (1988). A década de 1990 é marcada por intensos movimentos da comunidade surda, com vistas ao reconhecimento da cultura surda e da língua de sinais. A Libras foi reconhecida por meio da Lei 10.432/2002.

O capítulo finaliza, com a afirmação de que a “[...] institucionalização do anormal e a distribuição dos corpos na escola fortaleceram-se pelo ‘princípio da normalização’” (p. 58), possibilitando o que hoje denominamos inclusão escolar.

No terceiro capítulo, intitulado “**Dos processos educacionais inclusivos: inclusão como direito e imperativo de Estado**”, as autoras analisam e problematizam o movimento brasileiro pela inclusão escolar, salientando as estratégias de governmentamento dos estudantes com deficiência. Evidenciam que a inclusão teve “[...] interesses políticos e econômicos de uma racionalidade neoliberal que busca a participação de todos os sujeitos

na sociedade e no desenvolvimento do país” (p. 60). Afirmam que as políticas nacionais instituem a inclusão escolar das pessoas com deficiência como um imperativo, ou seja, algo natural, “[...] algo bom e necessário para todos” (p. 60).

Thoma e Kraemer destacam a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, durante o segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) e que está vigente até os dias atuais. “Essa política reafirma o compromisso do governo brasileiro na efetivação da escola inclusiva e fortalece o ‘direito de todos os alunos pertencerem a uma mesma escola, de estarem juntos aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação’” (p. 66).

Segundo as autoras, o imperativo da inclusão é potencializado pela escola contemporânea, cuja racionalidade é da aprendizagem contínua, na disposição individual de modificação e adaptação continuada. Thoma e Kraemer salientam que “Enquanto a Modernidade esteve centrada na produção de sujeitos dóceis, reflexo da disciplina, a Contemporaneidade tem investido na produção de sujeitos flexíveis, frutos de investimentos contínuos” (p. 74).

Neste capítulo as autoras evidenciam o conjunto de Leis que tratam da inclusão e acessibilidade, o que reverbera no aumento crescente de matrículas de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Os órgãos oficiais se amparam nas estatísticas para comemorar o êxito da política de inclusão. Contudo, as autoras alertam para a inclusão como uma estratégia de governmentamento da população com deficiência, com o intuito que todos participem do jogo do mercado neoliberal.

Finalmente, no tópico intitulado **Considerações finais**, as autoras sintetizam os três capítulos, evidenciando que o primeiro, trata da institucionalização da educação de pessoas com deficiência; o segundo, dos processos de integração educacional das pessoas com deficiência; e o terceiro e último capítulo problematiza a inclusão como direito e imperativo de Estado.

Conclusão

O livro mostra a não linearidade da história da educação de pessoas com deficiência no Brasil, pois está permeada de avanços e retrocessos estabelecidos em jogos de poder. Passando da institucionalização, pela inclusão como integração e a inclusão como direito e imperativo de Estado.

As ferramentas teóricas foucaultianas *Governmento* e *Governamentalidade* perpassam o livro e problematizam as práticas de inclusão escolar, apontando sua fragilidade e apontando a necessária continuidade dos empreendimentos em prol da mudança nas práticas culturais da população.

O texto nos permite compreender que, apesar dos tensionamentos e problematizações das autoras aos processos de educação inclusiva, não são contrárias a esse movimento. Diferente disso, tensionar a inclusão é olhar de outra forma e atuar no sentido de promover o reconhecimento da diferença.

Assim, a obra cumpre duas funções: socializar pesquisas sobre educação de pessoas com deficiência no Brasil e também trazer contribuições relativas à abordagem teórico-

metodológica foucaultiana no campo da Educação Especial. A leitura é recomendada para profissionais, familiares e demais pessoas envolvidas com a causa da educação de pessoas com deficiência.

Referências bibliográficas

- Pieczkowski, T. M. Z. & Naujorks, M. I. (2014). “Inclusão no ensino superior: discursos e expectativas de estudantes com deficiência”; en: Pieczkowski, T.M. Z.; Naujorks, M. I. (Orgs.) *Educação, inclusão e acessibilidade: diferentes contextos*. (pp. 129-161). Chapecó: Argos.
- Veiga-Neto, A. & Lopes, M. C. (2007). Inclusão e governamentalidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28(100) - Especial, pp. 947-963. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>.

Cómo citar este trabajo

Zancanaro, T.M. (2019). Resenha. A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governmentamento. *Polyphônia. Revista de Educación Inclusiva*, 3 (3), 247-254. Disponible en: <http://revista.celei.cl/index.php/PREI/article/view/158>

Perfil académico

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Graduada em Pedagogia, especialista em Educação Especial e em Docência na Educação Superior pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Diretora de Ensino na Unochapecó no período de 2009 a 2016. Atua na pesquisa e extensão e possui experiência nas funções de coordenadora do Curso de Graduação em Pedagogia; capacitação para a pedagogia universitária e educação especial; coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP); coordenadora de Apoio Acadêmico; coordenadora da Política de Graduação. Atuou na educação especial na Apae de Chapecó e também foi professora na educação básica. Docente na graduação e especialização *lato sensu*, principalmente nas áreas da educação especial, políticas de inclusão e teoria e metodologia da educação superior. Professora titular C, pesquisadora e, atualmente, coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*-Mestrado em Educação (Unochapecó). Representante da Unochapecó no Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com deficiência (COMDE). Já integrou o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Líder do grupo de pesquisa Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas (Unochapecó); integrante dos grupos de pesquisa Ensino e Formação de professores (Unochapecó); e Práticas Educativas e GEPE- Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Inclusão (UFSM). Autora e organizadora de livros, autora de capítulos de livros e de artigos científicos publicados em periódicos Qualis Capes.